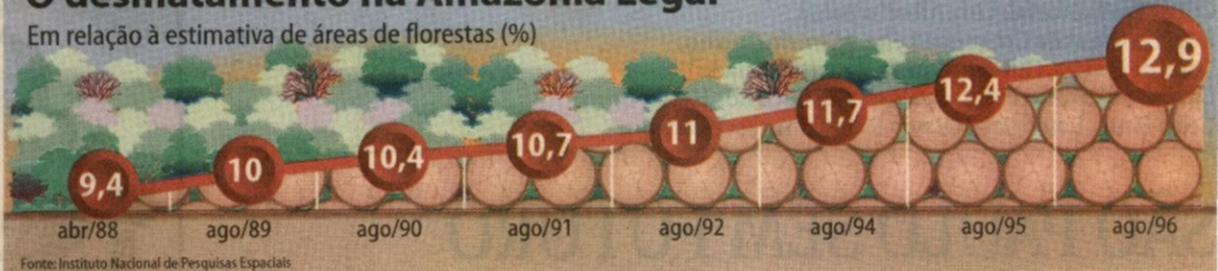


FSP  
27/1/98, 1-12-8  
236

Editoria de Arte/Folha Imagem

## O desmatamento na Amazônia Legal

Em relação à estimativa de áreas de florestas (%)



Em 95, foram devastados 29.059 km<sup>2</sup>, recorde histórico

# Desmatamento já atinge 12,9% da Amazônia

O desmatamento da Amazônia Legal já atinge, segundo dados até 1996, 12,9% da floresta —que ocupava originalmente área estimada de 4 milhões de quilômetros quadrados.

Em 1995, a área desmatada alcançou o recorde histórico de

29.059 km<sup>2</sup>. Em 1996, foram 18.161 km<sup>2</sup>. Nesse biênio, desapareceu uma área equivalente ao Estado do Espírito Santo (45.733 km<sup>2</sup>). Projeção parcial aponta desmatamento de 13.037 km<sup>2</sup> em 1997.

“Os resultados são bons e

mostram que o governo está agindo”, disse o ministro Gustavo Krause (Meio Ambiente). “Temos receio de que o governo subestime uma nova escalada no desmatamento”, afirmou o ambientalista João Paulo Capobianco. **Pág. 1-8**

27/1/98 1-8  
236

AMAZÔNIA Ministros começam a divulgar dados com otimismo, mas acabam assumindo aumento na devastação da floresta

# Desmatamento é recorde no governo FHC

BERNARDINO FURTADO  
da Reportagem Local

O governo Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem a quebra no recorde histórico de desmatamento da Amazônia: 29.059 km<sup>2</sup> em 1995, contra 21.130 km<sup>2</sup>/ano, média registrada no período 1978-1988, a maior marca anterior.

Com isso, 12,9% da área de floresta da Amazônia Legal, estimada em 4 milhões de km<sup>2</sup> já está devastada.

Na área desmatada em 95 cabe com folga o Estado de Alagoas (27.933 km<sup>2</sup>). Como em 96 o desmatamento atingiu 18.161 km<sup>2</sup> da Amazônia, nos dois primeiros anos do governo FHC desapareceu uma área de floresta superior à do Estado do Espírito Santo (45.733 km<sup>2</sup>).

"Temos uma situação relativamente confortável", disse o ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, ao ser perguntado se esperava um impacto negativo no exterior da divulgação dos números do desmatamento da Amazônia no governo FHC.

"Os resultados são bons e mostram que o governo está agindo para reduzir o desmatamento. Seria uma profunda decepção para mim se os ambientalistas internacionais ficarem 'borboleteando' esses dados", emendou o ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause.

As declarações de Vargas e Krause foram feitas em entrevista depois da divulgação das taxas de desmatamento da Amazônia na sede do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), em São José dos Campos (a 97 quilômetros de São Paulo).

A apresentação do levantamento, feito por meio de interpretação de imagens geradas pelo satélite Landsat, foi marcada por um tom otimista. Como o Inpe é vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, coube a Vargas fazer a abertura da apresentação.

Ele destacou a qualidade técnica do levantamento e adiantou que os números mostrariam "redução considerável do desmatamento da Amazônia".

Segundo ele, essa melhoria reflete o cancelamento de incentivos fiscais para projetos agropecuários na Amazônia, o decreto que determinou a interrupção temporária de novos projetos de extração de mogno e virola e a melhoria da fiscalização do Ibama (Instituto Bra-

sileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Para justificar o otimismo, o diretor do Inpe, Márcio Barbosa, destacou a queda considerável do desmatamento em 96 em relação a 95. Além disso, o Inpe fez uma projeção que aponta uma queda da taxa de desmatamento para 13.037 km<sup>2</sup> em 97.

A projeção para 97 foi feita com base em 47 imagens do Landsat, escolhidas por representar historicamente as áreas mais críticas de desmatamento na região. O levantamento completo, retratando a taxa de desmatamento de 95 e 96 tomou por base 229 imagens que cobrem toda a Amazônia.

Segundo Barbosa, a margem de erro da projeção em relação ao levantamento completo é de até 5%.

## Críticas

O otimismo do governo FHC com a projeção da taxa de desmatamento de 97 é criticado por entidades ambientalistas respeitadas, como o Instituto Sócio-Ambiental, a Amigos da Terra e o Greenpeace, que acompanharam ontem a divulgação do relatório do Inpe.

João Paulo Capobianco, diretor do Instituto Sócio-Ambiental, lembra que o governo Fernando Collor chegou a comemorar a inversão para baixo da curva de desmatamento na Amazônia.

A comemoração se baseou no levantamento do Inpe referente ao ano de 91, que apontou uma taxa de 11.130 km<sup>2</sup>, quase 2.000 km<sup>2</sup> inferior à projeção para 97.

Depois do bom resultado de 91, a taxa de desmatamento anual da Amazônia subiu continuamente até chegar ao pico de 95. "Temos receio de que o governo FHC subestime a possibilidade de uma nova escalada no desmatamento da Amazônia", diz Capobianco.

Ao serem questionados sobre o recorde de 95 e o fato de a taxa de 96 ser pouco inferior ao pico anterior (78-88), Krause reconheceu que não havia motivos para comemoração: "Realmente os números não são confortáveis, e por isso o governo está adotando uma série de medidas para conter o desmatamento na Amazônia".

Krause divulgou 13 medidas de combate ao desmatamento. São 5 decretos, 1 projeto de lei, protocolos e convênios entre os Ministérios da Reforma Agrária, Meio Ambiente e Agricultura.

Cinco das medidas se referem à política de assentamentos de sem-terra.

## O desflorestamento na Amazônia



47.220 km<sup>2</sup> é o total que foi desmatado nos dois primeiros anos do governo FHC

Essa área é superior à

Suíça,

onde FHC estará a partir de sexta, ou

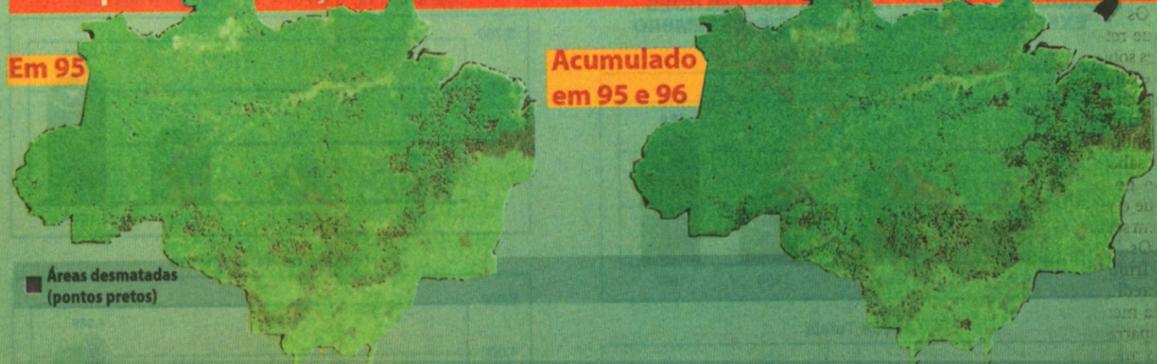
31

cidades de S. Paulo, ou

29.500

parques Ibirapuera

## O mapa da devastação

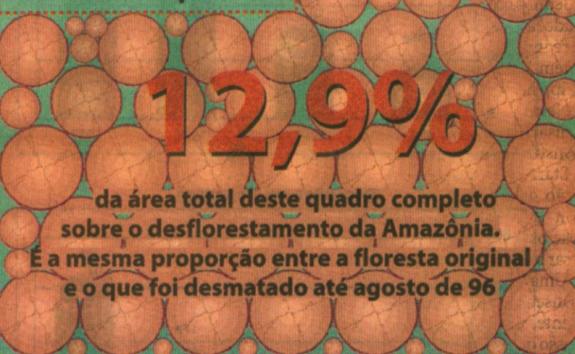


## A evolução do desmatamento

Em relação à área de florestas, em %



## Este canto representa



## Estradas aceleraram desflorestamento

da Redação

A floresta amazônica permaneceu praticamente intacta até a década de 60. As atividades produtivas —basicamente extrativistas— não chegavam a afetar a mata.

O transporte dos produtos era feito por via fluvial, o que também contribuía para a preservação da floresta. Naquele ano, a região só tinha 6.000 km de estradas, dos quais menos de 300 asfaltados.

Esse isolamento relativo resguardou a vegetação nativa. Um levantamento do WWF (Fundo Mundial para a Natureza), divulgado em 97, revela que o desmatamento atingiu 41% das florestas latino-americanas, em contraste com as asiáticas (88% de desmatamento) e europeias (62%).

O isolamento da Amazônia começou a ser quebrado em 1964, com a abertura da rodovia Belém-Brasília. Com 1.900 km, a BR-010 estimulou a expansão da pecuária (e atividades subsidiárias) nas regiões adjacentes. De 1960 a 1970, a população na zona de influência da estrada passou de 100 mil para 2 milhões de pessoas.

Em 1970, o governo Emílio Médici instituiu o Programa de Integração Nacional, que forneceu recursos para a abertura de 15.000 km de estradas, incluindo a Transamazônica (o primeiro trecho foi inaugurado em 72) e da Cuiabá-Santarém (completada em 76).

O Incra tentou criar uma rede de agrovilas ao longo dessas estradas, mas a iniciativa não teve sucesso: as terras não eram férteis, e o desmatamento provocou um crescimento da malária. O fracasso dos assentamentos protegeu a floresta.

Em 1968, a construção da Cuiabá-Porto Velho (BR-364) abriu uma nova frente de desmatamento em Mato Grosso e Rondônia. A descoberta de jazidas minerais (cassiterita e ouro) na região, conjugada com a distribuição de lotes para pequenos produtores, impulsionou a ocupação da região.

## Megaprojetos

O fracasso da Transamazônica induziu o governo a substituir a colonização baseada na pequena propriedade pelos megaprojetos.

O Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agromineiros da Amazônia), de 74, conjugava a construção de uma infra-estrutura com a concessão de subsídios para as empresas privadas.

O mais conhecido dos megaprojetos é o Grande Programa Carajás, que cobre uma superfície de 895.000 km<sup>2</sup>, mais de 10% da área total do país. Além de assegurar o fornecimento de energia elétrica (a hidrelétrica de Tucuruí começou a operar em 1984) e transporte ferroviário, o Estado também concedeu grandes incentivos fiscais.

O crédito governamental incentivou a destruição da floresta por projetos agropecuários. Os Estados mais atingidos são Pará, Mato Grosso e Rondônia.

A devastação foi acompanhada pela proliferação de associações ambientalistas no país (em geral localizadas no Sul e Sudeste). A primeira associação surgiu em 1971, em Porto Alegre —um ano antes da conferência da ONU sobre meio ambiente, em Estocolmo. A maioria das associações é criada após 1974, quando começa o processo de "distensão".



À frente, Krause, Barbosa e Israel Vargas durante a apresentação

## COMENTÁRIO

### Atraso foi 'conveniente'

MAURÍCIO TUFFANI  
Editor-assistente de Ciência

Prevista para o começo de dezembro passado, a divulgação dos dados sobre o desmatamento da Amazônia foi protelada pelo governo devido a pelo menos dois motivos: a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Reino Unido e a conferência das Nações Unidas sobre o aquecimento global, em Kyoto, no Japão.

Em Londres, no dia 4 de dezembro, FHC anunciou ao governo britânico que pretende até o ano 2000 fazer com que 10% das florestas brasileiras sejam transformadas em áreas protegidas por lei.

Parte dos desmatamentos corresponde a queimadas, que emitem gases responsáveis pelo aquecimento do planeta. Os dados de queimadas da Amazônia em 1997 foram dos maiores dos últimos anos.

A estratégia protelatória consistiu em segurar os dados de desmatamentos referentes a 1995 (29.059 km<sup>2</sup>) e 1996 (18.161 km<sup>2</sup>), nitidamente desconfortáveis, para apresentá-los com a projeção obtida para 1997 (13.037 km<sup>2</sup>), vendendo a notícia de que a devastação diminuiu.

O recorde de desmatamento anual na região, correspondente a 1995, não é o único dado preocupante no anúncio de ontem. Em apenas três anos de governo FHC, ocorreram cerca de 10% de todos os desmatamentos da Amazônia desde o descobrimento do Brasil.

E, além de tudo isso, uma constrangedora comparação: de conversa em conversa do governo, a cada vez que anuncia os índices de desmatamento da Amazônia, chegamos a uma área desflorestada na região quase do tamanho da França, que tem 551 mil km<sup>2</sup>.

Moacyr Lopes Junior/Folha Imagem